COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 65, DE 2003

Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências

Autor: Deputado Arlindo Chinaglia

Relator: Deputado Eduardo Barbosa

I - RELATÓRIO

Este projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Arlindo Chinaglia, proíbe a criação de novos cursos médicos e a expansão no número de vagas dos cursos já existentes, no prazo de dez anos.

A proposição prevê, ainda, a adequação da estrutura da Comissão de Especialistas em Ensino Médico do MEC ao disposto na nova lei e a formulação de mecanismos para a validação dos cursos de medicina realizados no Exterior

O projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Seguridade Social e Família, onde recebeu parecer favorável, o substitutivo da relatora, Deputada Angela Guadagnin.

O substitutivo altera, substancialmente, a proposta original. Amplia o escopo da proposição que passa a tratar de todo o ensino na área de saúde e não, apenas, do ensino médico. Passam a ser considerados, também, os Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Ao invés de congelar a expansão do número de cursos e de vagas, determina que os critérios para a autorização, reconhecimento e avaliação de novos cursos serão estabelecidos pelo conselho de educação e pelo sistema de saúde do sistema de ensino a que pertencer a instituição que pretenda criar novo curso.

No âmbito da Comissão de Educação e Cultura, esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A situação do ensino médico brasileiro é gravíssima devido ao crescimento descontrolado no número de cursos, de vagas e de médicos, muitos dos quais sem condições mínimas de preparo acadêmico para o exercício de sua profissão: paradoxalmente, muitos cursos de medicina e os profissionais deles egressos, tornaram-se um problema de saúde pública. Assim é, que a maioria dos cursos de medicina, criados nos últimos anos, recebeu parecer desfavorável do Conselho Nacional de Saúde.

Em nome de diferentes argumentos, abriu-se uma brecha no controle de qualidade dos cursos, inadmissível no caso da formação de médicos. Aumentaram os casos de erro médico e houve, tão somente, perdas para a população. Perdas ainda mais graves, se for levado em conta que a maior parte das faculdades de medicina concentra-se nos grandes centros urbanos e nas regiões mais desenvolvidas.

O aumento indiscriminado do número de cursos e vagas, trouxe prejuízos, também, à classe médica. Uma quantidade excessiva de médicos avilta as condições do mercado de trabalho, o que torna a carreira das mais sacrificadas. As más condições para o exercício profissional também prejudicam o serviço prestado à população.

A Organização Mundial de Saúde preconiza, idealmente, a relação de um médico para cada 1000 habitantes. No Brasil, a relação já é de um médico para 622 habitantes. Nas regiões Sudeste a relação é de 1/455 hab.; de

1/615 hab. no Sul; e de 1/640 hab. no Centro-Oeste. Já no Nordeste (1/1063 hab.) e no Norte (1/1345 hab.) faltam médicos.

Os estados mais desassistidos são os do Maranhão (1/1917 hab.), Pará (1/1500 hab.), além de Piauí, Acre, Tocantins, Ceará, Amazonas, Bahia e Mato Grosso, os quais apresentam indicadores que não atendem à relação ideal médico/hab. definida pela OMS. Há, ainda que se observar que a maior parte dos médicos brasileiros estão concentrados nas grandes cidades. O pior indicador é o do interior do Pará, onde a relação é de um médico para 4466 habitantes.

Frente a este quadro, não resta dúvida de há que se tomar medidas, no sentido de se controlar a expansão do ensino médico no Brasil, especialmente, no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste.

O projeto original do Nobre Deputado Arlindo Chinaglia, porém, apresenta alguns problemas. Em primeiro lugar não se deve engessar a situação atual dos cursos de medicina do País. Todos devem receber a indispensável avaliação e os que não preencherem os requisitos de qualidade e necessidade social devem ser fechados. Não há, também, porque se limitar a expansão do ensino médico nas regiões mais carentes.

Por outro lado, não existe nenhuma razão para se tratar o ensino médico, separadamente, do ensino das outras profissões da saúde.

Tais problemas da proposição original são parcialmente superados pelo substitutivo apresentado pela Nobre Deputada Angela Guadagnin, na Comissão de Seguridade Social e Família, que concentra o controle da expansão indiscriminada do ensino médico em critérios a serem estabelecidos e aplicados pelos conselhos de educação e de saúde do sistema de ensino a que pertencer a instituição que pretenda abrir novo curso.

O parecer da Nobre Relatora na Comissão de Seguridade Social e Família não é, porém, claro, para que os cidadãos possam bem entender e cumprir a lei. Na verdade, o estabelecimento de critérios pelo conselhos de Saúde e pelo conselhos de Educação, previstos no substitutivo, pressupõe o parecer desses dois órgãos. Assim, o texto da lei deve fazer referência ao parecer por esses conselhos.

Por tais motivos, nosso parecer é favorável ao projeto de lei, na forma do substitutivo, aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, porém com a emenda em anexo ao referido substitutivo.

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2004.

Deputado Eduardo Barbosa
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 65, DE 2003

Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências

EMENDA DO RELATOR AO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CSSF

O art. 1º do substitutivo aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família fica com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

§ 4º A autorização para a abertura de cursos superiores mencionados no § 3º deste artigo será conferida, apenas, quando do parecer favorável do Conselho de Educação e do Conselho de Saúde do sistema de ensino a que pertencer a instituição requerente.

.....
....."

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2004 .

Deputado Eduardo Barbosa
Relator

2004.13736_Eduardo Barbosa_145